14:18 35%

_ SEG _ Ferrando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliz Lyra (quinzenal) _ Inês à Sartana (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER _ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatta (quinzenal) _ QUI _ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Flávia Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM _ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

FLÁVIA OLIVEIRA

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira
flaviaoliveira@gmail.com

O atraso do atraso

A semana apenas começava, quando a boa-nova vinda do outro lado do Atlântico se espalhou. A França, em votação maiúscula no Parlamento (780 votos em 852), aprovara incluir no texto constitucional o direito de mulheres interromperem a gravidez. Havia meio século que as francesas tinham autorização para abortar via lei específica. A inscrição na Carta Magna, inédita no planeta, sedimenta a garantia. Tão logo seja promulgada, provavelmente neste Dia Internacional da Mulher, não mais haverá risco de flutuar ao sabor de governos, ventos ideológicos, arroubos morais, convicções religiosas. É muito mais difícil — ao menos lá — mexer na Constituição, comentou uma emocionada Comba Marques Porto, feminista histórica, com papel importante na formatação da Carta de 1988 como membro do Conselho Nacional da Mulher.

Não apenas nas ruas de Paris, mas mundo afora, ativistas, organizações feministas, profissionais de saúde, estudantes, políticas, gente comum celebraram a mudança aprovada em Versalhes. A decisão legislativa, abraçada pelo presidente Emmanuel Macron em publicação imediata em rede social, foi vista como reafirmação do Estado laico. E içada contraofensiva a um ambiente global crescentemente conservador, que avança — ou tenta — sobre direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, a começar pelos Estados Unidos, onde a Suprema Corte reviu, em 2022, decisão que garantia o direito ao aborto havia 49 anos.

No Brasil, o ambiente é igualmente de retrocesso, resultado de um Congresso Nacional, a cada pleito, mais conservador e empenhado em impregnar com moral religiosa os direitos civis. A legislação que autoriza o aborto em casos de estupro e risco de vida para a gestante — mais tarde, o Supremo Tribunal Federal adicionou a interrupção em caso de feto anencéfalo — é de 1940. Fora isso, uma mulher que aborta está sujeita pelo Código Penal a prisão por até três anos.

Em 2017, o PSOL foi à Corte arguir a inconstitucionalidade da criminalização, sob a alegação de comprometer a dignidade da pessoa humana, a cidadania das mulheres, o direito à saúde e à integridade física e psicológica. Além disso, é medida que, comprovadamente, afeta desproporcionalmente mulheres pretas, pobres, indígenas, de baixa escolaridade, moradoras de áreas remotas. Por ano, quatro centenas de brasileiras são denunciadas por interrupção de gestação. Estão predominantemente na base da pirâmide. São também elas que saem mutiladas ou mortas de práticas sem segurança sanitária, que custam ao SUS e, por óbvio, à sociedade.

No ano passado, a então presidente do STF, ministra Rosa Weber, pôs a ação em julgamento. Foi relatora de um voto histórico de 129 páginas, em que se debruçou sobre cada dimensão de um assunto complexo que, de forma recorrente, vem sendo tratado — predominantemente por homens — com a profundidade de um pires e a cegueira do fanatismo religioso, num Estado que se supõe laico. Luís Roberto Barroso, que sucedeu a Rosa na presidência do STF, interrompeu o julgamento virtual. Não há previsão para o assunto voltar ao plenário. Na sabatina no Senado que o aprovou para o Supremo, Flávio Dino, recém-empossado, manifestou opinião contrária ao voto da antecessora. A Corte tem hoje somente uma mulher, Cármen Lúcia, entre 11 integrantes.

A tão barulhenta quanto numerosa bancada conservadora no Legislativo insiste em reduzir o assunto ao Fla-Flu do contra ou a favor, como fosse esse o debate. Mesmo quem, por princípio, não aprova, às vezes interrompe uma gestação, por razões socioeconômicas, familiares, de saúde, particulares. Está em jogo dar a uma mulher o direito a decidir sobre o próprio corpo, algo que jamais foi negado aos homens. É oferecer políticas públicas de educação sexual, acesso a contraceptivos e, se necessário, a interrupção gestacional segura, que não tire a vida nem adoeça meninas, jovens, adultas. Aos 40 anos, uma em cada sete mulheres brasileiras já abortou, a esmagadora maioria por meios clandestinos. Com ou sem permissão legal.

Ao STF caberá decidir — sabe-se lá quando — se uma mulher que interrompe a gestação deve ou não ir para a cadeia. No mundo político, há convicção de que, se o Congresso for provocado, virão proibição total e criminalização absoluta. As mesmas Excelências, em defesa da vida, condenam o aborto; em nome da segurança pública, regozijam-se com o encarceramento e a execução sumária de jovens, sobretudo negros, criminalizados nas periferias país afora.

Na véspera do 8 de Março, a Rede de Observatórios de Segurança apresentou o relatório "Elas vivem: liberdade de ser e viver" sobre violência de gênero. No ano passado, em oito estados (BA, CE, MA, PA, PE, PI, RJ e SP) 3.181 brasileiras sofreram algum tipo de violação, de agressão verbal a tortura, de cárcere privado a estupro, de agressão física a assassinato. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também ontem, informou que, desde a entrada em vigor da Lei 13.104/2014, houve 10.655 registros de feminicídio. Em 2023, 1.463 perderam a vida só por serem mulheres, o maior número da série histórica.

Enquanto francesas celebram, brasileiras padecem. Por todos os lados.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X: @bernardomf
bmf@oglobo.com.br

Novos palcos para o extremismo

Caroline de Toni foi uma aluna esforçada de Olavo de Carvalho. O guru do bolsonarismo morreu, mas ela segue fiel à sua cartilha. Investe na radicalização ideológica, no armamentismo e na tática da guerra cultural.

A deputada do PL vai presidir a Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante da Câmara. A escolha não é caso isolado. Fora do governo, a extrema direita se organizou para ocupar novos palcos. Comandará os colegiados que debatem educação, segurança, temas da família.

De Toni integra a bancada dos detratores do Supremo. Já acusou o tribunal de chefiar uma "ditadura judicial" e pediu a destituição do ministro Alexandre de Moraes. Seus ataques têm um quê de autodefesa. Ela era próxima ao ex-deputado Daniel Silveira, condenado por ameaças à Corte, e chegou a ser investigada por ligação com atos antidemocráticos.

Frequentadora de clubes de tiro, a olavista costuma divulgar fotos de fuzil a tiracolo. No ano passado, apresentou projeto para permitir que os estados legislem sobre a liberação de armas de fogo. A ideia já foi declarada inconstitucional.

A deputada gosta de fustigar minorias e movimentos sociais. Para acuar os sem-terra, propôs tipificar as ocupações como crime de terrorismo. Para assustar os indígenas, prometeu um "banho de sangue" se o marco temporal fosse derrubado. Ela ainda tentou revogar a cota mínima de 30% de candidaturas femininas. Alegou que "apenas uma parcela muito pequena das mulheres" se interessaria por política.

Nikolas Ferreira é o novo presidente da Comissão de Educação. Campeão de votos em 2022, ele topa tudo para fazer barulho nas redes. Já defendeu a legalização de partidos nazistas e foi à tribuna de peruca loura para debochar de transexuais.

O deputado se projetou ao fabricar polêmicas, espalhar notícias falsas e insultar rivais. Em sua gestão, problemas reais da educação, como a evasão escolar e os salários dos professores, devem perder espaço para espantalhos como "ideologia de gênero" e "banheiros unissex".

O PL também se esmerou ao indicar o presidente da Comissão de Previdência e Família. O escolhido foi o deputado Pastor Eurico, que sonha em proibir o casamento homoafetivo.

O avanço da ultradireita tem sido descrito como mais um revés para o governo na Câmara. É verdade, mas isso não conta toda a história. A vitória do extremismo é uma derrota do Parlamento. Ganha a política do ódio, perdem a civilidade e a democracia.

PEDRO DORIA

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira
coluna@pedrodoria.com.br

O problema de Musk é outro

Elon Musk, que até a semana passada era o homem mais rico do mundo e agora tem de amargar ser o número dois na lista da Forbes, está processando a OpenAI. Ele foi um dos fundadores da empresa. Uma empresa, sim, mas criada para não ter fins lucrativos, como o objetivo de desenvolver inteligência artificial para benefício da humanidade. A intenção era até mais arrojada: chegar antes de todos os outros à inteligência artificial geral (AGI, na sigla em inglês). O equivalente à inteligência humana. Musk não acusa a companhia dirigida por Sam Altman apenas de trair o princípio de não ter fins lucrativos. Ele a acusa, também, de já ter alcançado o nível da AGI e de estar escondendo do mundo.

Há muito para desempacotar nessa história.

Começa pelo fato de Musk ter razão. Criada sem fins lucrativos, a OpenAI traiu esse princípio. Ao menos, quase traiu. A OpenAI ongueira continua lá, em cima da hierarquia. É uma casca jurídica dona de uma empresa com fins lucrativos. É um truque legal. A empresa-ONG é dona das patentes que a empresa com lucros gera. Mas a empresa com lucros pode fazer dinheiro. Existe uma razão para isso ter ocorrido, e ela não é apenas a ganância que o olhar simplista sugere.

Os problemas são dois, e eles obrigam a OpenAI a se tornar uma companhia que gera muito valor. O primeiro é que desenvolver inteligência artificial é muito caro. Treinar um algoritmo como o GPT exige acesso a uma nuvem de computadores como poucas no mundo. Exige um dispêndio de energia imenso, uma quantidade de processamento não usada em mais nenhuma função digital, tudo em chips de última geração contados às centenas de milhares, aos milhões. Sem muito recurso à mão, não se desenvolve inteligência artificial. O acordo da OpenAI com a Microsoft é, em essência, esse. A companhia fundada por Bill Gates paga os bilhões de dólares que investiu não em dinheiro, mas em uso de suas máquinas.

Ele disputou poder para ter controle da OpenAI lá atrás e perdeu. Criou agora uma empresa nova para concorrer nesse mercado

O segundo problema é tão delicado quanto. Não há muito cientista da computação com doutorado em IA no mundo. Eles vêm sendo formados todos os anos, mas não são tantos assim. A demanda é farta, e a oferta diminuta. Sem esse tipo de cérebro, não se desenvolve IA e, ali no Vale do Silício, uma meia dúzia de companhias quer contratá-los às dezenas, se possível às centenas. Gente com esse tipo de valor não se contrata, no Vale, com salário. Porque salário nenhum paga o tipo de valor em bilhões de dólares que essas pessoas geram para quem as contrata. O que vale, na proposta de contratação, é quanto em participação acionária cada cientista ganha.

São essas ações a garantia de que trabalharão por cinco ou dez anos gerando uma quantidade abissal de valor de mercado para uma companhia e, ao fim, se tornarão milionários. Empregador que não faz oferta nesse nível não tem por que achar que atrairá alguém.

A OpenAI foi criada em 2014, um ano depois de o GooglePhotos mostrar ao mundo que a IA era capaz de reconhecer rostos e lugares, meses antes de a Amazon informar que tinha uma caixa de som capaz de compreender o que falamos. Três anos antes de um grupo de doutores do Google propor o modelo Transformer, que tornou viável a IA que gera textos e imagens. Quando a empresa nasceu ONG, não estava tão claro quanto o processamento pesado e a expectativa de riqueza dos matemáticos seriam as forças motrizes dessa indústria.

Musk disputou poder para ter controle da OpenAI lá atrás e perdeu. Criou agora uma empresa nova para concorrer nesse mercado. Está muito atrasado na briga de trilhões enquanto se distrai com o ex-Twitter de milhões e vê os chineses se aproximando nos carros elétricos. Seu problema é outro.